

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

2
0
2
5

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Presidente

Desembargador Federal Vallisney Oliveira

Vice-Presidente e Corregedor Regional

Desembargador Federal Ricardo Machado Rabelo

Secretário-Geral da Presidência

Antônio Francisco do Nascimento

Diretor do Foro

Juiz Federal José Carlos Machado Júnior

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos

Diretor-Geral

Jânio Mady dos Santos

Diretor da Secretaria Administrativa

Raimundo Machado do Nascimento



COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA
NATÁLIA FLORIPES DINIZ
PRESIDENTE

JUÍZA FEDERAL
FÁTIMA AURORA G. A. ARCHANGELO
VICE-PRESIDENTE

JUÍZA FEDERAL
ANA PAULA R. MATHIAS
INDICADA PELA PRESIDÊNCIA

MARILUCE MARIA DOS SANTOS
CHEFE DE ASSESSORIA
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA PARA SUSTENTABILIDADE,
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

DANIELLE SCHMIDT DOLCI
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA PARA SUSTENTABILIDADE,
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

FRANCINE FIGUEIREDO
ESCOLA DE MAGISTRATURA - SECRETÁRIA

CIÉSIO JOSÉ DE SOUSA JUNIOR
GESTÃO DE PESSOAS

YURI MENEZES DOS ANJOS BISPO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

FERNANDA CÂMARA PIRES
GESTÃO ESTRATÉGICA - SECRETÁRIA SUBSTITUTA

JEFFERSON HAINE MACIEL
ENGENHARIA/ARQUITETURA

ASESA

**ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA PARA SUSTENTABILIDADE,
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

MARILUCE MARIA DOS SANTOS
CHEFE DE ASSESSORIA

DANIELLE SCHMIDT DOLCI
SERVIDORA

CRISTIANA CALDAS MARTINS CHAGAS TARABAL
SERVIDORA

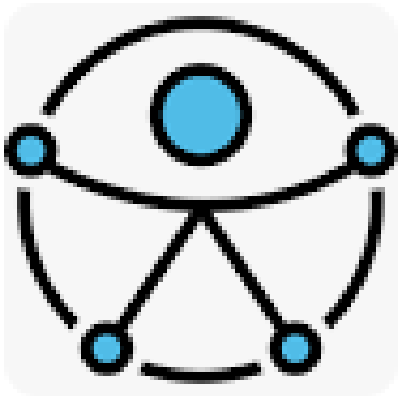
EMANUEL DECIO GOMES C. FERREIRA
PRESTADOR DE SERVIÇOS

THALES EDUARDO DIAS DE SOUZA
ESTAGIÁRIO



SUMÁRIO

- Apresentação.....6
- Ações Desenvolvidas.....6
 - Capacitação.....7
 - Sensibilização.....9
 - Acessibilidade física.....17
 - Acessibilidade digital e comunicacional.....19
 - Acessibilidade às pessoas com deficiência.....21
 - Promoção da diversidade.....22
- Monitoramento de indicadores.....25
- Resultados e impactos.....30
- Desafios e ações futuros.....32



APRESENTAÇÃO

A acessibilidade e a inclusão constituem direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que impõem ao Poder Público o dever de eliminar barreiras e garantir a participação plena de todas as pessoas em igualdade de condições. Esses princípios são indispensáveis à promoção da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da justiça social.

O Poder Judiciário desempenha papel central nesse contexto, pois, além de assegurar direitos, deve garantir que seus espaços físicos, digitais, comunicacionais e atitudinais sejam acessíveis e inclusivos, refletindo a diversidade da sociedade que atende. A atuação institucional nessa área mostra-se essencial para o efetivo acesso à justiça e para o fortalecimento da cidadania.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça tem instituído diretrizes voltadas à promoção da acessibilidade no âmbito do Poder Judiciário, com especial destaque para a Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à eliminação de barreiras e à garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência, abrangendo, para tanto, parâmetros de natureza arquitetônica, comunicacional, tecnológica e atitudinal, a serem observados pelos órgãos do Judiciário.

Alinhado a essas orientações, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região reafirma seu compromisso com a construção de um ambiente institucional mais acessível e inclusivo. Ao longo de 2025, implementou ações estruturantes voltadas à eliminação de barreiras e ao fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na equidade, no respeito às diferenças e na inclusão.

Este relatório apresenta as principais iniciativas realizadas, os avanços alcançados e os desafios identificados, reafirmando o compromisso permanente do TRF6 em tornar-se um tribunal mais humano, acessível e inclusivo, capaz de garantir o pleno exercício da cidadania e o efetivo acesso à justiça para todas as pessoas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

RESOLUÇÃO CNJ N° 401/2021

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Capacitação eMAG: SECTI conta com 05 servidores capacitados (Desenvolvedor e Conteudista).	SECTI	03/04/2025	14/04/2025	Aumento da capacidade em acessibilidade digital.
Curso Formação para Avaliação Biopsicossocial de PcD com IFBrA. Participaram 8 pessoas.	DIVASI/SUASA	07/04/2025	14/04/2025	Qualificação técnica.
Roda de Conversa 'Como Cheguei Até Aqui'	Comitê da Equidade Racial	29/05/2025	29/05/2025	Sistematização dos desafios estruturais relacionados ao racismo no âmbito do serviço público
Seminário Justiça Restaurativa	Escola de Magistratura	03/10/2025	03/10/2025	Promoção do respeito e conscientização sobre a justiça mais humana
Roda de Conversa 'Rostos e Vozes da Diversidade – Diálogos que Aproximam'	TRF6/SJMG/SECAD	24/10/2025	24/10/2025	Fortalecimento do respeito e da disseminação de informações sobre os direitos e deveres das pessoas LGBTQIAPN+
Seminário 'Justiça Restaurativa como Transformação da Cultura Adversarial'	TRF6/NUJURE	18/11/2025	18/11/2025	Fomento ao respeito e à conscientização sobre práticas que promovam uma justiça mais humanizada.
"Programa de Promoção de Inclusão e Diversidade Racial - INCLUIR MAIS".	COGER/COMITÊ DE EQUIDADE RACIAL/DIREF	18/08/2025	26/02/2026	Inclusão e valorização de estagiários(as) e profissionais negros(as) e indígenas em início de carreira, especialmente daqueles que já atuaram no TRF6.

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



A Roda de Conversa "Como Cheguei Até Aqui", do Comitê de Equidade Racial do TRF6, foi destaque no Jornal da Justiça. Com foco na trajetória de magistrados e magistradas negros e negras, o evento, coordenado pelo presidente do Comitê, desembargador federal Rubens Rollo, teve como mediadora a juíza federal Ariane da Silva Oliveira, representando a desembargadora federal Mônica Sifuentes, diretora da Escola de Magistratura do TRF6. Confira na reportagem.



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) foi contemplado com o Selo Linguagem Simples 2025, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em reconhecimento às ações desenvolvidas para promover uma comunicação mais clara, acessível e centrada no cidadão no âmbito do Judiciário.



SEMINÁRIO CONSCIÊNCIA E INTELLECTUALIDADE NEGRA
- DIAS 28 E 09/12/2025.

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



Acordo de Cooperação Técnica com a finalidade de implementar o "Programa de Promoção de Inclusão e Diversidade Racial - INCLUIR MAIS". A solenidade aconteceu no dia 18.08.2025, com a participação do Presidente da OAB-MG, Gustavo Chalfun, e do Vice-Presidente do Tribunal e Corregedor, Ricardo Machado Rabelo.



“Programa de Promoção de Inclusão e Diversidade Racial - Incluir Mais”

Criado com o objetivo de promover a equidade racial e social, o Incluir Mais busca ampliar o acesso ao mercado de trabalho para estagiários e profissionais negros, negras e indígenas que já atuaram na Justiça Federal da 6ª Região. Embora tenha o meio jurídico como uma de suas frentes, o programa não se restringe à área do Direito, abrangendo também campos como Comunicação, Contabilidade, entre outros. “É uma satisfação muito grande celebrar cinco meses do Programa Incluir Mais. É um projeto inovador, muito importante do ponto de vista social. Acho que o Tribunal fez muito bem em criar esse projeto dentro de suas ações. Vejo com extrema alegria o fato de já termos a primeira contratação, ver a iniciativa ganhando vida efetiva. Isso é muito esperançoso e deixa claro que nós, aqui do TRF6, estamos no caminho certo da inclusão social”, afirma o vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), o desembargador federal Ricardo Machado Rabelo.



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizou, no dia 18 de novembro de 2025, das 15h às 17h30, o Seminário “Justiça Restaurativa como Transformação da Cultura Adversarial”.



A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou o Seminário Justiça Restaurativa no dia 3 de outubro de 2025, das 9h às 15h45, na Subseção Judiciária de Uberlândia/MG. O evento contou com especialistas e com uma programação diversificada voltada ao debate e à disseminação de práticas de Justiça Restaurativa no âmbito do Judiciário.

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
2ª edição do Seminário Intelectualidade e Consciência Negra. Tema: saúde e diversidade racial.	Comitê da Equidade Racial	28/11/2025	28/11/2025	Promoção da conscientização a respeito do racismo.
Primeiro Seminário de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 6ª Região.	ASESA COACI Escola de Magistratura	05/12/2025	05/12/2025	Transmissão de conhecimento a respeito do tema. Foram 62 participantes.
Curso Introdução à Libras	ENAP	Janeiro	Dezembro	5 servidores capacitados durante o ano de 2025
Cursos de acessibilidade e Inclusão	ENAP	Janeiro	Dezembro	28 servidores capacitados durante o ano de 2025

Realizado no dia 5 de dezembro de 2025, às 14hs, no TRF6, o I Seminário de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 6ª Região, foi um marco institucional dedicado ao debate e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência (PCDs). O evento reforçou o compromisso do TRF6 com a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo, acessível e capaz de garantir a participação plena de todos os servidores.



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Detalhamento da ação	Detalhamento da ação	Início	Término	Resultados
III Encontro Institucional de Cooperação: Assistência Social para Crianças e Adolescentes Autistas	Subseção de Varginha (CEJUSC)	25/11/2025	27/11/2025	204 participantes.
Participação do TRF6 no II FÓRUM NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - II FONACI	ASESA	03/12/20225	03/12/25025	Capacitação de servidor em Acessibilidade e Inclusão
Participação do TRF6 no I Encontro do Comitê Nacional sobre a Pessoa Idosa e suas Interseccionalidades	ASESA	27/06/2025	27/06/2025	Capacitação de servidor em Inclusão.
Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio e à Discriminação	Comissão de Combate ao Assédio	05/05/2025	09/06/2025	Reflexão para magistrados, servidores e terceirizados sobre como atitudes nocivas criam ambientes tóxicos e prejudicam a convivência e o desempenho profissional.

III ENCONTRO INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES AUTISTAS



Realizado em 25 a 27 de novembro de 2025, em Varginha, Minas Gerais, fez parte da comemoração dos 20 anos da Subseção Judiciária. O seminário reuniu profissionais, autoridades e famílias interessadas em discutir políticas públicas e direitos voltados ao Transtorno do Espectro Autista. O evento contou com a participação de diversas instituições. Entre elas: o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Varginha, o Ministério da Previdência Social (MPS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura Municipal de Varginha, a Procuradoria-Geral Federal, a Caixa Econômica Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (Subseção Varginha).

SEMANA NACIONAL DE COMBATE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO



A Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio e à Discriminação, realizada entre os dias 5 e 9 de maio no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), reuniu autoridades, magistrados e servidores para acompanhar ações desenvolvidas especialmente para abordar o tema. Nos primeiros dias do evento, além de palestras conduzidas por magistrados e especialistas, destacaram-se o lançamento do protótipo do aplicativo “Voz contra o Assédio” e a versão física da Cartilha Informativa sobre Prevenção ao Assédio e à Discriminação, recursos que visam ampliar o acesso a orientações e mecanismos de denúncia.

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou um treinamento voltado para vigilantes e recepcionistas com o objetivo de promover um atendimento mais humanizado à população em situação de rua. A iniciativa ocorreu na Casa de Conciliação do TRF6. O treinamento foi conduzido pelos juízes federais Emília Velano e José Maurício Lourenço e teve como base a Portaria Presi nº 39/2025, que regulamenta o atendimento especializado e prioritário a pessoas em situação de rua no âmbito do TRF6. A norma segue diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e reforça o compromisso institucional com a promoção da dignidade e da inclusão social no acesso à Justiça.



Na dia 24 de outubro de 2025, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) e a Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMKG) promoveram a roda de conversa “Rostos e Vozes da Diversidade - Diálogos que Aproximam”. O evento teve como objetivo promover o respeito e a conscientização sobre os direitos e deveres da comunidade LGBTQIAPN+.

SEMANA NACIONAL DE COMBATE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO



SEMANA NACIONAL de COMBATE e PREVENÇÃO ao Assédio e à Discriminação	
DIA 05/05	ABERTURA OFICIAL E PALESTRA Atividade: Abertura da Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio e à Discriminação 14h Palestra: Assédio e Discriminação em sua interseccionalidade com a Questão de Raça/Cor e Gênero 14h30 às 17h30 Palestrantes: Elio Luis Ribeiro Machado, Natália Santos Machado Debatedora: Procuradora da República Lucinda Jungueir e Juiz(a) Titular
DIA 06/05	APRESENTAÇÃO DA CARTILHA E APLICATIVO Atividade: Apresentação da Cartilha Informativa Sobre Prevenção ao Assédio e à Discriminação 14h às 15h Atividade: Apresentação do Aplicativo de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação 15h30 às 17h30 Apresentação: Dr. Elio Luis Ribeiro Machado
DIA 07/05	PAINEL COM OS DIRETORES E PALESTRAS Atividade: PAINEL com os Diretores das Áreas Judicial e Administrativa da Justiça Federal da 6ª Região 14h às 15h30 Palestra: Ética e Ambiente de Trabalho 15h às 17h Palestrantes: Dr. Renato Lourenço, Juiz(a) Titular
DIA 08/05	APRESENTAÇÃO DO SITRAEMG Atividade: Intervenção teatral 14h às 15h Atividade: Roda de Justiça Restaurativa 15h às 16h Atividade: Interação entre os pares 16h às 17h Apresentação: Juiz(a) Titular, Juiz(a) Titular
DIA 09/05	PALESTRA E ENCERRAMENTO Palestra: Julgamento com perspectiva e respeito à diversidade 14h às 15h Palestra de encerramento: Justiça Restaurativa como Ferramenta na Prevenção ao Assédio e à Discriminação 15h30 às 17h Palestrantes: Desembargador Federal Roberto Ricardo de Souza Cruz

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

AÇÕES DO POPRUAJUD E CRIAÇÃO DA CENTRAL DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL



Em 2025, o Comitê Regional PopRuaJud do TRF6 desenvolveu diversas ações voltadas à inclusão social, acesso à Justiça e dignidade para pessoas em situação de rua e vulnerabilidade extrema: participou da “Rua de Direitos – Especial Mulheres”, oferecendo serviços jurídicos, de saúde, emissão de documentos e acolhimento social em Belo Horizonte; integrou a regulamentação e fortalecimento da Política PopRuaJud por meio de cerimônias e articulações com outros tribunais; inaugurou a Central de Acolhimento de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, que também atuou em ações humanitárias como recepção de repatriados no Aeroporto de Confins; e expandiu o atendimento à população vulnerável com novas edições da Rua de Direitos que agregaram serviços diversos de cidadania e saúde, reforçando o compromisso institucional com a promoção de direitos fundamentais e políticas integradas de proteção social.

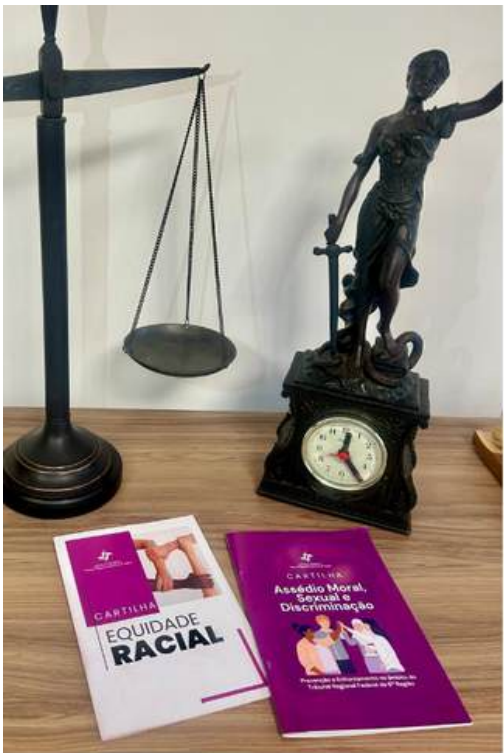


Uma importante iniciativa para a promoção da cidadania e da inclusão social foi inaugurada nesta no (19/5/2025, em Belo Horizonte. A Central de Acolhimento para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social foi implantada pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), por meio de seu Comitê Regional PopRuaJud, com apoio da Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais (Diref) e da Diretoria-Geral (Diger) do TRF6. A Central tem como propósito prestar atendimento jurídico e social humanizado, acessível e eficiente a pessoas em situação de rua ou em outras formas de exclusão grave.

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



Campanha promovida pela Assessoria Especial da Presidência para Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão - ASES
[VOCÊ JÁ PAROU PARA PENSAR?](#)
[VOCÊ SABE O QUE É CAPACITISMO?](#)



CARTILHAS PROMOVIDAS PELO TRF6

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) sediou a primeira reunião do Comitê Interinstitucional sobre Povos Tradicionais de Minas Gerais, conhecido como Comitê Jus-Povos. O encontro marcou o início dos trabalhos do grupo, criado com o objetivo de fortalecer a articulação entre diferentes instituições públicas em benefício dos direitos dos povos e comunidades tradicionais do Estado

Presença da comunidade indígena no Plenário do TRF6. A indígena Suely Maxacali, líder do povo Maxacali, lembrou que o povo dela vem sofrendo com a destruição do território indígena. “Queria agradecer a vocês que têm um olhar muito profundo para o nosso povo. Para esse sofrimento que viemos passando por muito tempo”, afirmou.



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
SEXTA NO SEIS	Cerimonial/Presidência	JAN/2025	DEZ/2025	Promoção da integração entre servidores, fortalecimento das relações institucionais e incentivo à colaboração, contribuindo para um ambiente de trabalho mais acolhedor e de valorização das pessoas.
Participação na ambientação de Residentes Jurídicos	COACI/ASESA/ESMAG	24/09/2025	26/09/2025	Disseminação de informações sobre a COACI, ASESA e ESMAG referentes à temática sobre Inclusão e Acessibilidade.

SEXTA NO SEIS



AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - Em 2025, foram realizadas diversas ações voltadas à promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, com foco direto na saúde física e mental dos servidores. As iniciativas contemplaram atividades de integração, fortalecimento do convívio institucional e estímulo à criação de laços colaborativos, contribuindo para um ambiente mais acolhedor, saudável e propício ao bem-estar, ao engajamento e à valorização das pessoas no contexto organizacional.



Ambientação dos novos residentes jurídicos do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6).
A imagem é uma fotografia de um grupo de pessoas, composto por homens e mulheres, de pé e posando para a câmera, no qual encontra-se o o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira.

SEMANA DO SERVIDOR



Dentre as ações da Semana do Servidor ocorreu a 1º Corrida Solidária. O evento esportivo possibilitou que o corpo funcional do TRF6 se reunisse em prol da solidariedade. Para realizar a inscrição na corrida, cada colaborador doou um kit com itens de higiene ou lanche para os moradores de rua. Assim, esporte e solidariedade uniram-se. O aspecto solidário foi fundamental porque o material recolhido foi distribuído a moradores de rua.

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Palestra assistida sobre atendimento e acolhimento de pessoas - jurisdicionados em situação de rua	Sessão Judiciária de Varginha	07/04/2025	14/04/2025	Qualificação técnica.
Ações de capacitação em equidade e diversidade	Sessão Judiciária de Ituiutaba	29/05/2025	29/05/2025	Informação dos desafios sobre o racismo no serviço público institucional.
Palestra assistida sobre atendimento e acolhimento de pessoas - jurisdicionados em situação de rua	Sessão Judiciária de Poços de Caldas	03/10/2025	03/10/2025	Promoção do respeito e conscientização sobre a justiça mais humana.
04 ações (visitas) em Povos Indígenas: Pataxó, Mukurin, Canoeiros e Aranã	Sessão Judiciária de Teófilo Otoni	18/11/2025	18/11/2025	Promoção do respeito e conscientização sobre a justiça mais humanizada.
Participação uma servidora no Comitê de Equidade Racial do TRF6.	Sessão Judiciária de Pouso Alegre	25/11/2025	27/11/2025	204 participantes. Desafios: capacitar o maior número de pessoas.
Campanha ASES - Vídeo sobre o Capacitismo	ASESA	15/09/2025	15/09/2025	Foram disseminadas, em toda a Justiça Federal da 6ª Região, informações importantes sobre capacitismo

ACESSIBILIDADE FÍSICA

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Mapeamento de Acessibilidade na Justiça Federal da 6ª Região - 1º e 2º grau (2025): 1. Pessoas com deficiência no quadro funcional; 2. Acessibilidade arquitetônica; 3. Acessibilidade tecnológica, e; 4. Acessibilidade comunicacional e no atendimento ao público.	ASESA	Março de 2025	em andamento	Panorama real da acessibilidade no TRF6, servindo como referência estratégica para o planejamento das ações da ASESA e da COACI, em especial para o atendimento às diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021.
Instalação de corrimãos de aço inox na Central de Acolhimento	SECAM	Setembro de 2025	Setembro de 2025	Facilitou o acesso de pessoas com mobilidade reduzida
Criação de uma sala de acolhimento para pessoas com TEA na Subseção Judiciária de Manhuaçu	Subseção Judiciária de Manhuaçu	24/10/2025	24/10/2025	Promoção do respeito às peculiaridades das pessoas com TEA.
Criação de um espaço físico específico e adequado para crianças que aguardam atendimento na sede Subseção Judiciária de Janaúba/MG	Subseção Judiciária de Janaúba	08/08/2025	30/09/2025	Ambiente físico adequando-o para as crianças que aguardam a realização de perícia judicial.
Criação de uma sala de acolhimento para pessoas com TEA. Instalação da UAA de Caratinga.	Sessão Judiciária de Ipatinga	24/10/2025	24/10/2025	Promoção do respeito às peculiaridades das pessoas com TEA.

ACESSIBILIDADE FÍSICA



SALA DE ACOlhIMEMNT0 NA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JANAÚBA



SALA DE ACOlhIMEMNT0 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IPATINGA



A Subseção Judiciária de Ipatinga, inaugurou a primeira sala instalada em uma subseção do TRF6 destinada ao acolhimento de crianças neurodivergentes. O espaço é preparado para receber crianças, decorado com desenhos, livros de colorir, brinquedos e um painel sensorial criado pela servidora Poliana Silva de Faria Bastos, idealizadora do projeto.

SALA DE ACOlhIMEMNT0 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MANHUAÇU



Descrição das imagens: sete imagens das salas de acolhimento para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, nas quais aparecem armários e estantes com brinquedos, sofás e mesas com cadeiras coloridas.

SALA DE ACOlhIMEMNT0 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEÓFILO OTONI



Uma iniciativa simples, mas cheia de empatia, desde o segundo semestre de de 2025, crianças que aguardão perícias médicas passaram a contar com um ambiente mais leve e humano.

ACESSIBILIDADE DIGITAL E COMUNICACIONAL

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Selo Linguagem Simples 2025 – CNJ	ASCOM	2025	2025	
Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	ASCOM	2025	2025	Foram produzidos 124 vídeos
Matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	ASCOM	2025	2025	Foram produzidos 637 matérias
Utilização do programa Rybená (tradução para Libras + leitura de tela) no portal institucional	SECTI	Janeiro	Dezembro	Ampliação da acessibilidade do site do Tribunal, assegurando recursos adequados para pessoas com deficiência auditiva.
e-proc com VLibras integrado	SECTI	Janeiro	Dezembro	Ampliação da acessibilidade do sistema e-proc, assegurando recursos adequados para pessoas com deficiência auditiva.
Microsoft Teams com recurso de transcrição automática	SECTI	Janeiro	Dezembro	A transcrição converte automaticamente a fala em texto em tempo real, permitindo que pessoas com deficiência auditiva acompanhem o que está sendo dito sem depender exclusivamente da leitura labial, intérprete ou legendas manuais.
Inclusão de Libras e audiodescrição em vídeos institucionais	SECTI	Janeiro	Dezembro	Ampliação da acessibilidade aos vídeos institucionais do TRF6, assegurando recursos adequados para pessoas com deficiência auditiva.
Campanha “ComéQuié”?	ASCOM	Junho	Dezembro	A iniciativa orienta servidores e servidoras sobre boas práticas de redação com foco na simplicidade e objetividade, sem abrir mão da formalidade necessária ao ambiente jurídico.



ACESSIBILIDADE DIGITAL E COMUNICACIONAL

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Recomendação da Corregedoria Regional do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) nº 12/2025 orientando todas as unidades judiciais da 6ª Região a utilizarem o Mandado de Intimação de Audiência em Linguagem Simples, disponível no sistema eproc.	Coger/Iluminas	2025	2025	Durante o processo, o conteúdo passou por ajustes e validações técnicas e jurídicas, com participação da Corregedoria Regional, do Gabinete Executivo da Corregedoria e da Subsecretaria de Apoio Judicial (SUAJU). Após as adequações sugeridas, o modelo foi aprovado e disponibilizado em ambiente de produção no eproc.



CAMAPNHA LINGUAGEM SIMPLES

Como é Dicas rápidas de Linguagem Simples

Use termos adequados ao público-alvo

Prefira palavras comuns, do dia a dia, que todo mundo entende.

Exemplo:

Informamos que o expediente estará suspenso em virtude do feriado

O atendimento vai parar por causa do feriado

Simplifica! Dicas de sinônimos → **distinguir = diferenciar**

Justiça Regional TRF6

- PROGRAMA PARA APOSENTADORIA: DE OLHO NO FUTURO



Na tarde do dia 11 de dezembro, o TRF6, por meio da SecGP (Secretaria de Gestão de Pessoas), promoveu uma nova edição do programa de preparação para aposentadoria “De Olho no Futuro”. A iniciativa é voltada tanto para servidores e magistrados que já tenham atingido tempo de contribuição legal ou idade para aposentadoria quanto para interessados no assunto. Na ocasião, servidores da capital e do interior (participando na modalidade on-line) se apresentaram e falaram de suas expectativas sobre a aposentadoria e o próprio trabalho.

ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Avaliação ergonômica e psicossocial de servidores/magistrados com deficiência	SESAO	07/01/2025	19/12/2025	Foram realizadas 4 avaliações
Avaliação biopsicossocial para candidatos PCD	SESAO	01/08/2025	19/12/2025	Foram realizadas 7 avaliações
Avaliação biopsicossocial de servidores/magistrados com deficiência	SESAO	07/01/2025	19/12/2025	Foram realizadas 59 avaliações
Avaliação psicológica de PcD na perícia admissional	SESAO	01/08/2025	19/12/2025	Foram realizadas 7 avaliações
Atendimentos psicológicos – busca ativa	SESAO	07/01/2025	19/12/2025	Foram realizados 53 avaliações
Readaptação de servidores	Sucpa/Nucap/Dilap- SECGP	2025	2025	Foram realizadas 2 readaptações



PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Programa Incluir Mais – Resolução PRESI nº 28/2025	TRF6/SJMG	08/01/2025	19/12/2025	Estabelecer ações afirmativas voltadas à inclusão de estagiários e estagiárias, bem como de profissionais negros, negras e indígenas em início de carreira
Inauguração da Central de acolhimento para Pessoas em situação de vulnerabilidade Social	Comitê regional POPRuajud, SJMG E TRF6	19/05/2025	19/12/2025	Foram resolvidos 15 processos de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e 53 estão em andamento.
2ª reunião Comitê Jus-Povos indígenas	TRF6 em parceria com o TJ/MG	19/12/2025	19/12/2025	Conscientização ao respeito à dignidade humana e de uma Justiça equânime. Foram 37 participantes
"Prosa no Tribunal, edição especial: história, arte e cultura Maxacali"	TRF6	10/10/2025	10/10/2025	Servidores e magistrados da Justiça Federal conheceram o modo de vida desse povo
Tribunal Itinerante – Varginha	SJMG			
Escuta ativa na Comunidade Quilombola Raiz de Diamantina.	Comitê regional POPRuajud em parceria com o TJ/MG	27/11/2025	28/11/2025	Demandas das populações quilombolas foram ouvidas foi feita uma visita à uma comunidade.

PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

Detalhamento da ação	Área responsável	Início	Término	Resultados
Rua de Direitos - Belo Horizonte	Comitê regional POPRuajud	13/05/2025	13/05/2025	Foram realizados 10 atendimentos
Rua de Direitos - edição especial "dia das mulheres":	Comitê regional POPRuajud	12/03/2025	12/03/2025	Foram realizadas 3 atermações
Rua de Direitos - Governador Valadares	Comitê regional POPRuajud	21/08/2025	21/08/2025	
HUMANIZA TRF6 - Atendimento Humanizado a Pessoas em Situação de Rua e Vulnerabilidade Social	Comitê regional POPRuajud	28/09/2025	29/04/2025	71 participantes
1º Encontro Nacional da Mulher Policial Judicial" - CNJ	TRF6	13/03/2025	14/03/2025	02 participantes
Nomeação de candidatos negros, pcds e indígenas do 1º Concurso para servidores do TRF6	NUCAP/SECGP	Agosto de 2025	Dezembro de 2025	Foram nomeados 8 candidatos negros, 5 pessoas com deficiência e uma indígena, seguindo a regra constitucional das cotas.
Participação do TRF6 no evento do“Selo Mano Down 2025”	TRF6	27/11/2025	27/11/2025	Conhecimento nas realizações e ações do Instituto Mano Down, para possíveis projetos em conjunto.



PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

PARTICIPAÇÃO DO TRF6 NO EVENTO DO “SELO MANO DOWN 2025”



- DIÁLOGO ENTRE CULTURAS: PROJETO JUS-POVOS E COMITÊ JUS-POVOS



“PROSA NO TRIBUNAL: ARTE, CULTURA E HISTÓRIA MAXAKALI”:



O evento recebeu representantes do povo Maxakali para compartilhar sua cultura, história e a luta pela preservação de seu território, por meio de expressões artísticas e diálogos com magistrados, servidores e público em geral. A atividade institucional inseriu a perspectiva indígena no ambiente do TRF6, reforçando a importância do reconhecimento dos direitos dos povos originários, a necessidade de proteção socioambiental e o diálogo intercultural como mecanismos de fortalecimento da justiça e respeito à diversidade cultural no âmbito da jurisdição mineira

MONITORAMENTO E INDICADORES

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Código	Indicador	Definição	Unidade	Periodicidade	Fórmula / Como medir	Perspectiva	Ano-base	Responsável (Unidade)
1.1 MagP(PcD)	Quantidade de magistrados(as) com deficiência	Total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base; para Conselhos, considerar todos os conselheiros	03 magistrados(as)	Anual	Contagem absoluta	Gestão	2025	NUCAP
1.2 TPEft/TPI (PcD)	Quantidade de servidores(as) com deficiência	Total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência, incluindo cedidos(as) e requisitados(as); exclui comissionados(as) sem vínculo e quem saiu por cessão/requisição	55 servidores(as)	Anual	Contagem absoluta	Gestão	2025	NUCAP
1.3 TPSV (PcD)	Servidores(as) comissionados(as) com/sem vínculo com deficiência	Total de servidores(as) com deficiência com cargo em comissão (CC), com ou sem vínculo	01 servidores(as) comissionados(as)	Anual	Contagem absoluta	Gestão	2025	NUCAP
1.4 TPFC (PcD)	Servidores(as) com função comissionada com deficiência	Total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência com função comissionada (FC)	29 servidores(as) com função comissionada	Anual	Contagem absoluta	Gestão	2025	NUCAP
1.5 TFAuxE (PcD)	Estagiários(as) com deficiência	Total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) ao final do período-base	5 estagiários(as)	Anual	Contagem absoluta	Gestão	2025	NUCAP
1.6 TFAuxT (PcD)	Terceirizados (as) com deficiência	Total de trabalhadores(as) terceirizados(as) com deficiência lotados(as) ao final do período-base	04 Trabalhadores(as) terceirizados(as)	Anual	Contagem absoluta	Gestão	2025	NUCAP

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Código	Indicador	Definição	Unidade	Periodicida de	Fonte de dados
22	Cursos oferecidos na temática (ano-base)	Quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria na temática de acessibilidade e inclusão	5 cursos	2025	SEFAS
23	Vagas oferecidas em cursos (ano-base)	Quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria na temática	170 vagas	2025	SEFAS
2.4 QLibrasServ	Servidores(as) do quadro capacitados(as) em Libras	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras (Decreto 9.656/2018)	5 pessoas	2025	SEFAS
2.5 QLibrasAux	Quadro auxiliar capacitado em Libras	Quantidade de terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as), conciliadores(as) e voluntários(as) capacitados(as) em Libras (básico)	5 pessoas	2025	ENAP/SEFAS
26	Proporção de gestores(as) capacitados(as) na temática	Quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (aspecto psicossocial) de PcD	40% pessoas	2025	SEFAS
27	Quantidade de servidores capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas (atendimento à PcD)	Quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (aspecto psicossocial) de PcD	5 pessoas	2025	SESAO
28	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de TI capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web)	5 pessoas	2025	SECTI
29	Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) na temática	Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	1 pessoa	2025	SECAM
210	Ações de sensibilização (mudança atitudinal)	Quantidade de ações de sensibilização voltadas à inclusão (palestras, campanhas etc.)	8 ações	2025	TRF6
2.11 ACpi	Ações de promoção da inclusão (exclui capacitação)	Quantidade de ações destinadas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (lazer, saúde, cultura etc.)	123 ações	2025	TRF6

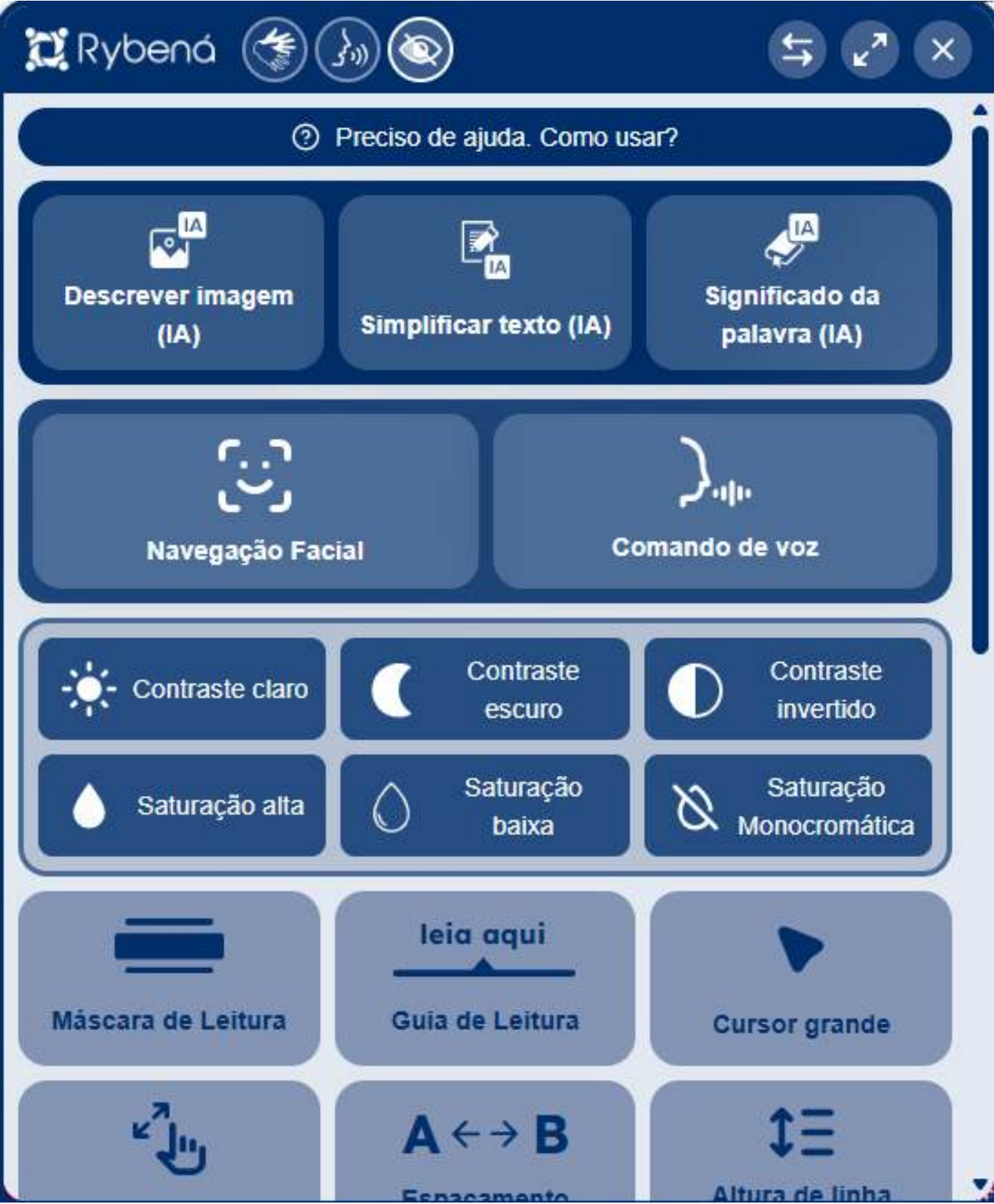
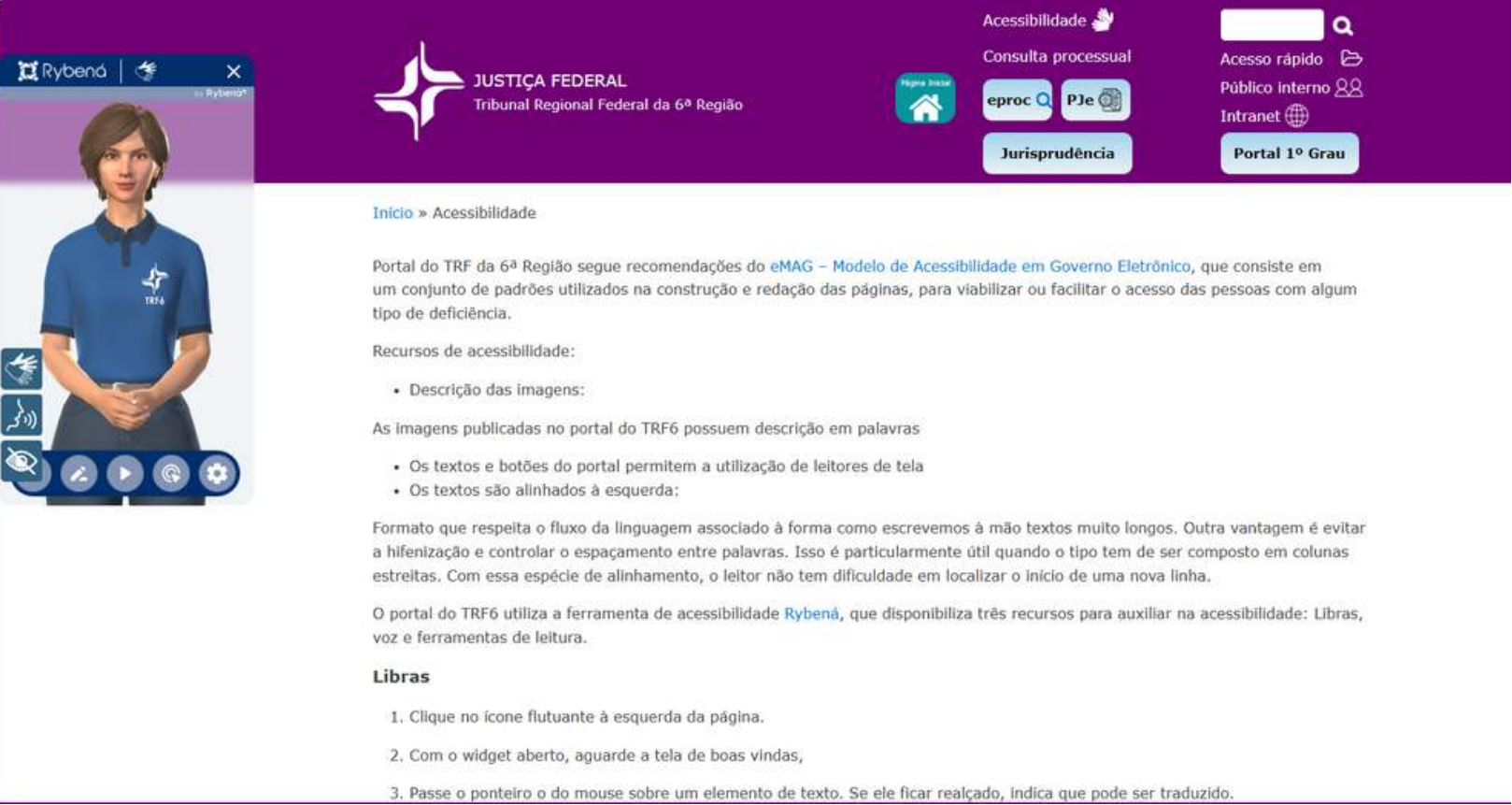
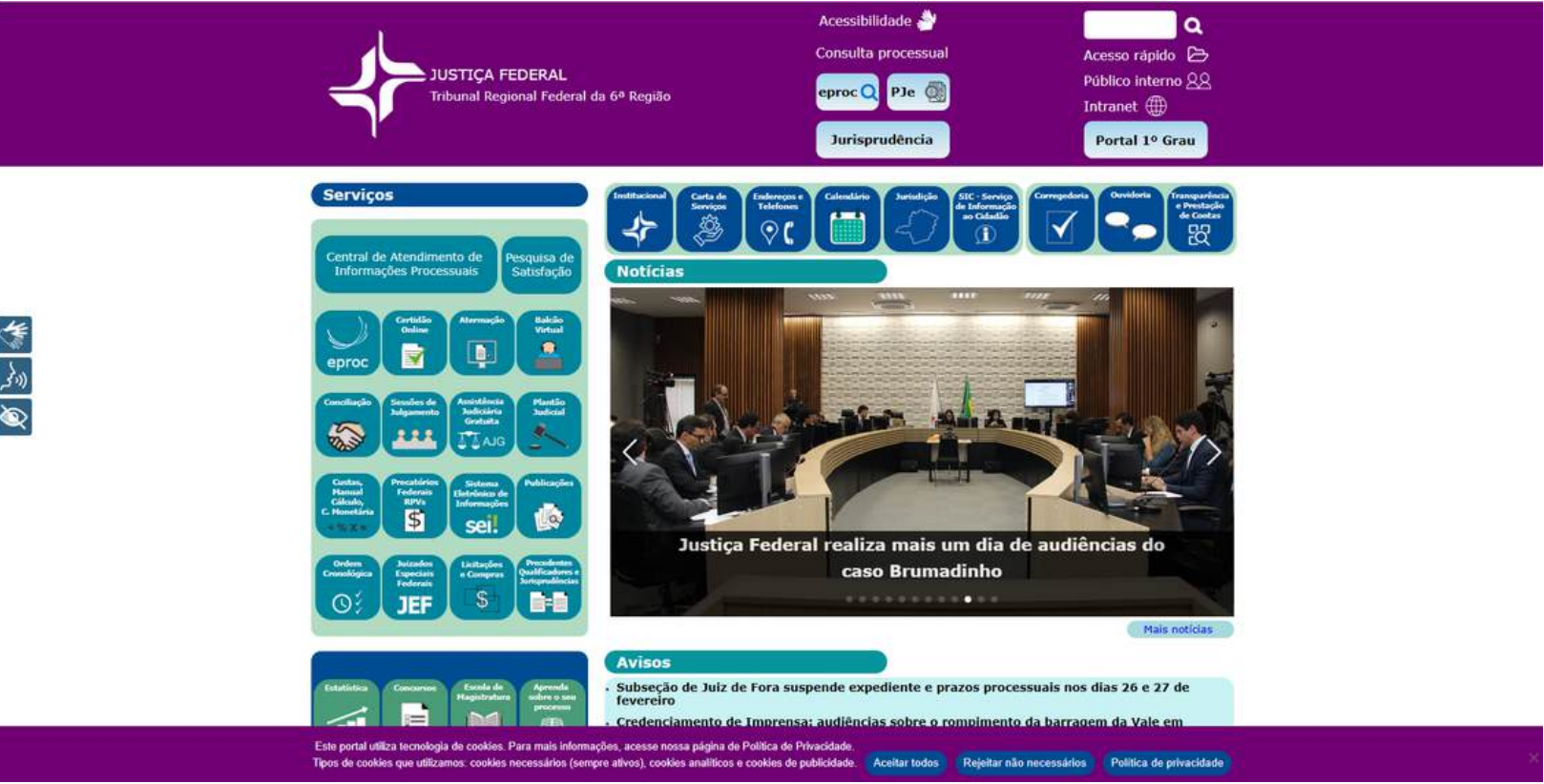


3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Codigo	Indicador	Definicao	Unidade	Periodicidade	Formula/Como medir	Fonte	Responsável (Unidade)
3.1 V Acess	Vídeos produzidos com recursos de acessibilidade	Quantidade de vídeos com legenda, janela de Libras, audiodescrição, etc.	124 vídeos	Anual	Contagem absoluta	Comunicação / ASES	ASCOM
3.2 M Acess	Matérias jornalísticas em formato acessível	Quantidade de matérias no site em formato acessível (texto alternativo, links descritivos, legendas, transcrições, Libras, audiodescrição)	637 matérias	Anual	Contagem absoluta	Comunicação / TI	ASCOM
3.3 Ouvidoria acessível	Ouvidoria com formas alternativas acessíveis	Disponibiliza formas alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência (sim/não; descrever)	sim	Anual	Checklist (sim/não + descrição)	Ouvidoria	SECTI
3.4 QEAc/QEt	Eventos com acessibilidade comunicacional (proporção)	Proporção de eventos com recursos de comunicação acessível em relação ao total de eventos	1 percentual	Anual	QEAc/QEt	Comunicação / Eventos / Escola	ASES



Site do TRf6 com ferramentas de acessibilidade.



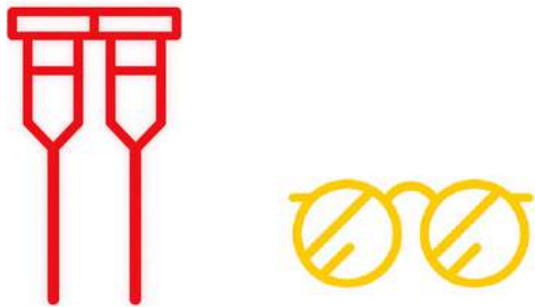
4. ACESSIBILIDADE DE TECNOLÓGICA

Código	Indicador	Definição	Unidade	Periodicidade	Fórmula / Como medir	Fonte de dados	Perspectiva	Ano-base	Responsável (Unidade)
41	Programas para avaliar acessibilidade do site/links	Se o órgão utiliza programas para avaliar acessibilidade digital (sim/não; listar)	SIM	Anual	Registro das ferramentas	SECTI	Tecnológica	2025	SECTI
42	Tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual	Oferta de TA para uso de computadores (leitor de tela, sintetizador de voz, contraste, ampliador etc.)	SIM	Anual	Checklist de opções oferecidas	SECTI / ASES	Tecnológica	2025	SECTI
43	Programas de acessibilidade em videoconferência	Oferta de tecnologias assistivas para uso de aplicativos de videoconferência	SIM	Anual	Listagem das soluções disponíveis	SECTI	Tecnológica	2025	SECTI



5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

Código	Indicador	Definição	Unidade	Periodicidade	Fórmula / Como medir	Fonte de dados	Perspectiva	Ano-base	Responsável (Unidade)
5.*	Conformidade arquitetônica e urbanística (avaliação quinquenal)	Avaliação conforme normas técnicas e Res. 401; mensuração quinquenal coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico do art. 33	foi realizado um Mapeamento de Acessibilidade do TRF6 , cujo resultado fundamentará o plano de ação de 2026	anual	Instrumento definido pelo CNJ (ABNT NBR 9050 e correlatas)	SEI, Subseções judiciárias	Arquitetônica/Urb anística	2025	ASESA/COACI



DADOS DO PLS 2025 SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA

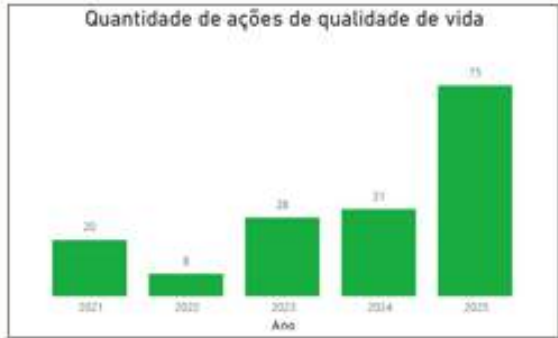
TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes em ações de QVT

META 1 - Aumentar em 10% ao ano as ações de qualidade de vida até 2026 (a partir de 2024)

Resultado: META ATINGIDA

EVOLUÇÃO DO RESULTADO



37

TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes em ações de QVT

META 2 - Aumentar em 10% ao ano número de ações solidárias até 2026 (a partir de 2024).

Resultado: META ATINGIDA

EVOLUÇÃO DO RESULTADO



38

Ações em execução - QUALIDADE DE VIDA

Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo	Previsão de recursos	Status-dez/25	Observações
Disponibilizar serviços continuados de saúde	Ação contínua	Disponibilizar serviços continuados de atendimento médico, odontológico e psicológico.	SESAD/ SUASA	Dezembro de 2025	Já previsto no orçamento atual ou realizado por meio de parcerias	REALIZADA	O quadro de profissionais da psicologia foi ampliado para melhor assistência ao corpo funcional.
Promover ações de qualidade de vida	Ação contínua	Realizar avaliação ergonômica dos postos de trabalho e ambientes laborais. Promover a adaptação do posto de trabalho de servidores e/ou magistrados e/ou força de trabalho auxiliar portadores de necessidades especiais.	SESAD/ SUASA	Dezembro de 2025	Já previsto no orçamento atual ou realizado por meio de parcerias	REALIZADA	Ações como o Programa de Ergonomia do TRPS, Semana da Saúde, Semana do Servidor, Projeto Vida 360, Programa de saúde mental, Atenção à mulher no climatério, além de diversas ações de qualidade de vida realizadas nos projetos do Selo Sustentajud.
Promover ações de qualidade de vida	Ação contínua	Fomentar a ginástica laboral. Acompanhar, por meio das consultas dos Exames Periódicos de Saúde - EPS, o estado de saúde dos magistrados e servidores. Promover ações voltadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Promover ações com foco na promoção de saúde e prevenção de doenças, como a campanha de vacinação.	SESAD/ SUASA	Dezembro de 2025	Já previsto no orçamento atual ou realizado por meio de parcerias	REALIZADA	Ações como o Programa de Ergonomia do TRPS, Semana da Saúde, Semana do Servidor, Projeto Vida 360, Programa de saúde mental, Atenção à mulher no climatério, além de diversas ações de qualidade de vida realizadas nos projetos do Selo Sustentajud.

39

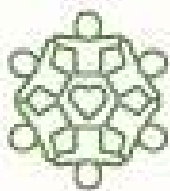
Ações em execução - QUALIDADE DE VIDA

Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo	Previsão de recursos	Status-dez/25	Observações
Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis	Ação contínua	Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis, contribuindo para um ambiente de trabalho harmônico, integrado e acolhedor, como comemorações de datas importantes, momentos de convivência.	ASMAGI/ SECOP / SUASA	Dezembro de 2025	Já previsto no orçamento atual ou realizado por meio de parcerias	REALIZADA	Ações como o Sesta no Seta, Roda de conversa, Prova no Tribunal, diversas ações realizadas nos projetos do Selo Sustentajud, como trilhas, confraternizações, jogos, entre outros.
Promover ações solidárias	Ação contínua	Promover ações solidárias, como: Realizar a Confraternização do Natal dos Colaboradores Terminados do TRF-6, Realizar ações e iniciativas necessárias para a promoção da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua (PopRuaJud); Realizar projetos e campanhas de doações de roupas, alimentos, justiça solidária, entre outros.	PREV/ SECOP/ ASES	Dezembro de 2025	Já previsto no orçamento atual ou realizado por meio de parcerias	REALIZADA	Foram realizadas ações do PopRuaJud, criação de central de acolhimento às pessoas em vulnerabilidade social e diversas ações solidárias: campanha do quito, lanche, itens de higiene e agasalhos.
Qualidade de vida – Sala Maternagem	Estudo	Estudar a viabilidade de disponibilização de espaços para amamentação e fraldário para usuárias internas/externas.	SUASA	Dezembro de 2025	Sem custos	REALIZADA	Id. 1193129 e Id. 1230181 Foi constatado que o número de lactantes/gestantes é muito baixo.

40

DADOS DO PLS 2025 SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

TEMA 18 – EQUIDADE E DIVERSIDADE



TEMA 18 – EQUIDADE E DIVERSIDADE



Objetivo: Capacitar e sensibilizar servidores e colaboradores do quadro de pessoal para as questões de equidade, diversidade e inclusão .

META 18 – Realizar pelo menos 4 ações de capacitação e/ou sensibilização em diversidade ao ano.

Resultado: META ATINGIDA

EVOLUÇÃO DO RESULTADO



Análise de resultados: 2025 foi um ano marcado por diversas ações de sensibilização e capacitação em diversidade e equidade na 6ª Região. Foram abordados assuntos como equidade racial, equidade de gênero, inclusão de pessoas em vulnerabilidade social, saberes de povos tradicionais, entre outros.

44

Ações em execução – EQUIDADE E DIVERSIDADE



Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo	Previsão de recursos	Status-dez/25	Observações
Realizar cursos e ações de sensibilização voltadas a combater o racismo, o capacitismo, o etarismo, a discriminação por aparência física, a violência doméstica, a intolerância religiosa, a xenofobia, a homofobia e todas as demais formas de discriminação.	Ação contínua	Ofertar solução educacional voltada para diversidade e equidade.	SEFAS/SDUSA/ ASESA	Dezembro de 2025	Disponível no orçamento destinado à capacitação	REALIZADA	Foram realizadas ações como: Roda de conversa: Rostos e vozes da diversidade; evento sobre Assédio e suas interseccionalidades - Raça/cor e gênero; Comitê Jus Povos; HUMANIZA TRF6 - Atendimento Humanizado a Pessoas em Situação de Rua e Vulnerabilidade Social; 1º Encontro Nacional da Mulher Policial Judicial - CBJ; 1º seminário de acessibilidade e inclusão, entre outros.
Realizar interface entre as comissões que tratam de assuntos de equidade, inclusão e acessibilidade.	Ação contínua	Manter relações com comissões importantes para sustentabilidade, tais como: Qualidade de Vida, Acessibilidade, Equidade.	CGPLS	Dezembro de 2025	Sem custos	NÃO REALIZADA	
Monitoramento permanente da participação por gênero em cargos comissionados e funções de confiança.	Ação contínua	Realizar monitoramento anual de forma a garantir a equidade de gênero nos cargos comissionados e funções de confiança.	SECEP	Dezembro de 2025	Sem custos	REALIZADA	
Contratação de profissional fluente em LIBRAS.	Ação	Contratação de 4 profissionais fluentes em LIBRAS para realizar atividades como, atendimento e tradução simultânea de eventos, como forma de garantir que pessoas surdas tenham acesso a informações e possam participar dos eventos promovidos pelo TRF6.	DIGER/ ASESA	Dezembro de 2025	Custos estimados	REALIZADA EM PARTE	Não houve a contratação global de tradutor em LIBRAS para eventos, porém houve contratações pontuais, a exemplo do evento de aniversário do TRF6 e do 1º seminário de acessibilidade e inclusão.

45

CONSOLIDADO DE DESEMPENHO DE METAS



TEMA	META	RESULTADO
16.1. QUALIDADE DE VIDA	Aumentar em 10% ao ano as ações de qualidade de vida até 2026 (a partir de 2024)	✓
16.2. QUALIDADE DE VIDA	Aumentar em 10% ao ano número de ações solidárias até 2026 (a partir de 2024)	✓
18. EQUIDADE E DIVERSIDADE	Realizar pelo menos 4 ações de capacitação e sensibilização em diversidade e equidade no ano	✓

RESULTADOS E IMPACTO

As ações de acessibilidade e inclusão implementadas no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) têm produzido resultados relevantes para o fortalecimento de um ambiente institucional mais equitativo, acessível e alinhado aos princípios de cidadania e respeito à diversidade. Tais iniciativas refletem o compromisso do tribunal em garantir condições adequadas de acesso aos serviços judiciais e ao ambiente de trabalho para pessoas com deficiência, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com os dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Um dos principais resultados observados refere-se ao aprimoramento das condições de acessibilidade física e arquitetônica nas unidades da Justiça Federal vinculadas ao tribunal. As pequenas intervenções realizadas, como instalação de corrimão, sinalização de espaços reservados, pequenas adequações de mobiliários e melhorias em sanitários acessíveis nos banheiros do térreo dos prédios da Justiça Federal na capital, contribuem para a redução de barreiras estruturais e para a ampliação da autonomia de pessoas com mobilidade reduzida no acesso aos edifícios institucionais.

Outro impacto significativo está relacionado ao fortalecimento da acessibilidade comunicacional. A ampliação do uso de recursos de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a produção de conteúdos institucionais em linguagem simples, tem favorecido uma comunicação mais inclusiva com o público interno e externo.

No âmbito da acessibilidade digital, a manutenção e o aprimoramento dos recursos tecnológicos disponíveis nos portais e sistemas institucionais têm contribuído para garantir uma navegação mais acessível e adaptável às necessidades de diferentes usuários. Ferramentas voltadas à leitura de conteúdo, tradução e adaptação da interface permitem que pessoas com deficiência visual ou outras limitações possam utilizar os serviços digitais do tribunal com maior autonomia, ampliando o acesso à informação e aos serviços judiciais.

As iniciativas de capacitação e sensibilização institucional também têm gerado impactos importantes na cultura organizacional do tribunal. A realização de campanhas educativas, atividades formativas e materiais informativos sobre inclusão e acessibilidade tem promovido maior conscientização entre magistrados, servidores, estagiários, prestadores de serviços e demais colaboradores. Esse processo contribui para a redução de barreiras atitudinais e para o fortalecimento de práticas institucionais mais inclusivas no cotidiano do trabalho.

Outro resultado relevante é o aperfeiçoamento da gestão institucional das demandas relacionadas à acessibilidade. A sistematização de diagnósticos, mapeamentos e levantamentos internos permite identificar necessidades específicas e orientar a implementação de políticas mais eficazes. Esse processo contribui para o planejamento de ações contínuas e para a construção de estratégias de médio e longo prazo voltadas à promoção da inclusão.

No campo da gestão de pessoas, as medidas voltadas ao acompanhamento e ao apoio a servidores e magistrados com deficiência têm contribuído para a melhoria das condições de trabalho e para a valorização da diversidade no ambiente institucional. A adoção de práticas como adaptações no ambiente de trabalho, flexibilização de horários e acompanhamento multidisciplinar fortalece a inclusão e promove maior bem-estar no contexto laboral.

De forma geral, os resultados dessas iniciativas demonstram avanços significativos na construção de um Judiciário mais acessível, humano e democrático. As ações desenvolvidas não apenas ampliam o acesso de pessoas com deficiência aos serviços da Justiça Federal, mas também contribuem para a consolidação de uma cultura institucional baseada na equidade, no respeito às diferenças e na promoção dos direitos fundamentais.

Assim, os impactos das políticas de acessibilidade e inclusão no TRF6 vão além das adaptações físicas ou tecnológicas, refletindo um processo contínuo de transformação institucional que busca garantir que todos os cidadãos tenham condições efetivas de exercer seus direitos e participar plenamente da vida social e institucional.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS - 2026

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), criado recentemente para atender a Justiça Federal no estado de Minas Gerais, enfrenta o desafio de consolidar sua estrutura institucional ao mesmo tempo em que busca fortalecer políticas de acessibilidade e inclusão. Nesse contexto, a promoção de um ambiente judicial acessível torna-se essencial para garantir o pleno exercício do direito de acesso à justiça por todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência, em conformidade com diretrizes nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Um dos principais desafios enfrentados pelo TRF6 refere-se à acessibilidade arquitetônica e estrutural das unidades da Justiça Federal distribuídas pelo estado. Muitas dessas instalações funcionam em prédios adaptados ou anteriores às normas modernas de acessibilidade, o que exige adequações progressivas para garantir rotas acessíveis, banheiros adaptados, sinalização tátil e condições adequadas de circulação para pessoas com mobilidade reduzida. A superação dessas barreiras físicas é fundamental para assegurar que magistrados, servidores, advogados e cidadãos possam acessar os espaços institucionais de maneira autônoma e segura.

Outro ponto relevante diz respeito à acessibilidade comunicacional. O tribunal busca garantir que suas informações e serviços sejam compreendidos por todos os públicos, incluindo pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Nesse sentido, a ampliação de recursos como tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras), para isso está em processo de licitação para a contratação de uma empresa que preste serviços com profissionais tradutores para Libras. E através da Assessoria de Comunicação – ASCOM que faz a legendagem em eventos institucionais e produção de materiais acessíveis que constitui uma medida indispensável para fortalecer a comunicação inclusiva e ampliar a participação social no sistema de justiça.

A acessibilidade digital e tecnológica também representa um desafio importante. Com a crescente digitalização dos serviços judiciais, torna-se necessário assegurar que portais institucionais, sistemas processuais e plataformas eletrônicas estejam compatíveis com leitores de tela, ofereçam opções de contraste e navegação acessível e atendam às diretrizes internacionais de acessibilidade digital. Essas iniciativas são essenciais para garantir que pessoas com deficiência visual ou outras limitações possam utilizar plenamente os serviços eletrônicos disponibilizados pelo tribunal.

Além das dimensões física e tecnológica, destaca-se a necessidade de capacitação contínua de magistrados e servidores. A formação em Libras, o treinamento em atendimento inclusivo e a sensibilização para as chamadas barreiras atitudinais são aspectos fundamentais para promover uma cultura institucional mais inclusiva. Afinal, a acessibilidade no Judiciário não se limita à infraestrutura ou aos recursos tecnológicos; ela depende, sobretudo, da postura e da consciência institucional de todos os profissionais envolvidos.

Dessa forma, os desafios do TRF6 em relação à acessibilidade e inclusão refletem o esforço de uma instituição em processo de consolidação que busca alinhar sua atuação aos princípios de equidade e cidadania. O avanço nessas áreas tende a contribuir significativamente para a construção de um Judiciário mais democrático, capaz de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais, tenham acesso efetivo à justiça e aos serviços públicos.



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS - 2026

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) tem desenvolvido um conjunto estruturado de ações voltadas à promoção da acessibilidade, da inclusão e da sustentabilidade em suas unidades administrativas e jurisdicionais. Essas iniciativas refletem o compromisso institucional de garantir o acesso pleno à justiça e aos serviços públicos, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. As medidas adotadas contemplam diferentes dimensões da acessibilidade — arquitetônica, comunicacional, tecnológica e atitudinal — e evidenciam o esforço do tribunal em consolidar uma cultura institucional mais inclusiva e socialmente responsável.

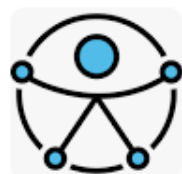
Nesse contexto, destaca-se o papel estratégico da Assessoria Especial da Presidência para Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (ASESA), responsável por coordenar, articular e acompanhar as políticas institucionais relacionadas à sustentabilidade, à acessibilidade e à inclusão no âmbito do TRF6. A ASESA atua como instância de planejamento e monitoramento dessas iniciativas, promovendo a integração entre diferentes áreas administrativas do tribunal e assegurando que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às diretrizes nacionais de governança pública, responsabilidade socioambiental e promoção da diversidade.

Entre as iniciativas em desenvolvimento, destaca-se a continuidade dos mapeamentos institucionais de acessibilidade, que abrangem tanto a identificação de servidores e magistrados com deficiência quanto o levantamento de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e organizacionais presentes nas unidades da Justiça Federal em Belo Horizonte e em outras localidades do estado de Minas Gerais. Esses diagnósticos são conduzidos com o apoio da ASESA e são fundamentais para orientar políticas institucionais mais eficazes, permitindo a implementação de soluções adequadas às necessidades identificadas.

No campo da gestão de demandas institucionais, está prevista a criação de um espaço eletrônico para cadastramento de solicitações relacionadas à acessibilidade, destinado à Comissão de Acessibilidade e Inclusão (COACI), inspirado em modelos já utilizados em outros setores do tribunal.

Quanto à acessibilidade física e urbana, o tribunal tem buscado parcerias com órgãos públicos para aprimorar a infraestrutura de acesso aos seus edifícios. Entre as ações previstas está a solicitação à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) para a demarcação de vagas reservadas para pessoas com deficiência em frente aos prédios da Justiça Federal localizados na Avenida Álvares Cabral, como o Edifício Antônio Fernando Pinheiro e o Edifício Euclides Pinheiro, bem como na Central de Perícias, no bairro Gutierrez, em Belo Horizonte. Internamente, também estão previstas melhorias estruturais, incluindo a instalação de rampas em pontos estratégicos de acesso, a sinalização de espaços reservados para cadeirantes, a adaptação de mobiliários, a instalação de barras de apoio em sanitários acessíveis e a sinalização adequada nos espaços de atendimento ao público.

No âmbito da acessibilidade digital, o TRF6 mantém esforços contínuos para assegurar que seus portais e sistemas eletrônicos estejam adequados às diretrizes de navegação acessível. Nesse sentido, destaca-se a manutenção de recursos tecnológicos que permitem a adaptação da interface para usuários com diferentes necessidades, incluindo a continuidade da utilização da ferramenta Rybená, que oferece funcionalidades como leitura de conteúdo e tradução para a Língua Brasileira de Sinais. A ASESA acompanha essas iniciativas como parte da política institucional de inclusão digital e acessibilidade informacional.



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS - 2026

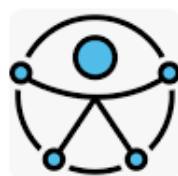
A acessibilidade comunicacional também constitui uma prioridade nas ações institucionais. O tribunal prevê a contratação de serviços especializados de interpretação simultânea e consecutiva em Libras-Português e Português-Libras, além da tradução de conteúdos audiovisuais institucionais para Libras. Complementarmente, serão produzidos materiais informativos acessíveis, matérias jornalísticas adaptadas e uma cartilha institucional sobre acessibilidade comunicacional, com o objetivo de ampliar a conscientização e disseminar boas práticas dentro e fora da instituição.

Outro eixo importante das ações refere-se à sensibilização e à capacitação institucional. Estão previstas campanhas mensais voltadas à promoção da inclusão e da acessibilidade, bem como a publicação de informativos institucionais ao longo do ano, com conteúdos educativos, divulgação de direitos e orientações práticas. Além disso, os planos anuais de capacitação do tribunal deverão incorporar atividades formativas específicas sobre diversidade, inclusão e acessibilidade, incentivando a participação de servidores e colaboradores de diferentes áreas. A ASESa exerce papel relevante nesse processo ao fomentar ações educativas e apoiar iniciativas voltadas à formação institucional.

Para fortalecer essas iniciativas, o tribunal também promoverá consultas internas, rodas de conversa e levantamentos diagnósticos, com o objetivo de identificar demandas formativas e necessidades relacionadas à acessibilidade no contexto das atividades institucionais. Essas estratégias contribuem para a construção de um ambiente organizacional mais participativo e sensível às diferentes realidades presentes no corpo funcional.

Por fim, destacam-se ações voltadas ao acompanhamento e ao bem-estar de servidores e magistrados com deficiência, incluindo a oferta de acompanhamento multidisciplinar contínuo e a adoção de medidas de adaptação do ambiente de trabalho. Entre essas medidas estão a disponibilização de espaços adequados e, sempre que possível, a flexibilização de horários para atender necessidades específicas, especialmente de pessoas com sensibilidade a estímulos ambientais ou dificuldades de socialização.

Em conjunto, essas ações evidenciam o compromisso do TRF6 com a construção de um ambiente institucional mais acessível, inclusivo e sustentável. A atuação da ASESa, bem como da Comissão de Acessibilidade e Inclusão (COACI), tem papel fundamental nesse processo ao promover a integração entre políticas de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão, fortalecendo a governança institucional e contribuindo para que o tribunal avance na consolidação de práticas alinhadas aos princípios da responsabilidade social, da equidade e da promoção dos direitos fundamentais.



REALIZAÇÃO:



Assessoria Especial da Presidência para Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão
Gestão Sustentável - 6ª Região
asesa@trf6.jus.br
(31) 3501-1496

